

A Rússia de Vladimir Putin: um novo autoritarismo

Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado (FADIC)

RESUMO

O processo de democratização na Rússia não se concretizou de acordo com a expectativa ocidental, na verdade, o que se formou no país foi um regime híbrido, uma mistura entre democracia e autoritarismo, no qual, alguns estudiosos sugerem o nome de autoritarismo competitivo ou autoritarismo eleitoral. O sistema político russo se resume em um governo centralizado e um poder executivo forte, característica básica de um governo autoritário, porém, também agrega mecanismos e instituições democráticas, como eleições diretas, multipartidarismo e plebiscito. Sabemos que o país russo passou por um longo período de regimes autoritários, seja na forma de um czar ou na forma de um partido político. Atualmente, também podemos dizer que o governo do presidente Vladimir Putin apresenta um certo nível de autoritarismo, porém, o presidente conta com uma alta aprovação popular. Neste artigo, discutiremos como a influência do autoritarismo no decorrer da história do país influenciou na concepção de democracia da sociedade russa atual. Além de trabalhar o período democrático que o país presenciou sob o governo de Boris Yeltsin, momento considerado traumático para a população russa, assim como esses dois eventos criaram uma percepção diferenciada de democracia para a sociedade russa atual.

Palavras-chave: Sistema Político Russo, Autoritarismo Competitivo, Democracia, Vladimir Putin.

ABSTRACT

The democratization process in Russia did not happen according to Western expectations, in fact, a hybrid system was formed in the country, a fusion between democracy and authoritarianism, which some academics suggest naming as competitive authoritarianism or electoral authoritarianism. The Russian political system is summed up in a centralized government and a strong executive power, basic characteristic of an authoritarian government, but also has democratic mechanisms and institutions, such as direct elections, multiparty and plebiscite. We know that the Russian country went through a long period of authoritarian regimes, whether in the form of a czar or a political party. Currently, we can also observe that

the president Vladimir Putin's government has a certain level of authoritarianism, however, the president lean on a high popular approval. In this article, we will discuss how authoritarianism along the history of the country influenced the conception of democracy of today's Russian society. Also studying the democratic period that the country witnessed under the presidency of Boris Yeltsin, period considered traumatic for the Russian population, and how these two events have created a different perception of democracy to the current Russian society.

Keywords: Russian Political System, Competitive Authoritarianism, Democracy, Vladimir Putin.

INTRODUÇÃO

Na década de 30, em uma lista criada pelo comissariado do povo para os assuntos internos (NKVD), estava o nome de Ivan Smirov e de mais 33 homens que logo seriam presos e posteriormente fuzilados. Quase oitenta anos depois, Boris Nemtsov caminhava pelas ruas ao lado de uma mulher ucraniana e ao chegar a uma ponte próxima ao Kremlin, sede do governo russo, o rapaz é surpreendido e morto com quatro tiros. Horas antes da sua morte, Nemtsov havia participado de uma entrevista em uma rádio onde afirmava que era difícil viver sob constante intimidação e pressão do governo russo.

O que esses dois jovens rapazes teriam em comum? Já que uma diferença enorme de tempo separa a realidade dos dois. O primeiro rapaz viveu na URSS, no período Stalinista e foi fuzilado em 1937, já o segundo, viveu em uma Rússia capitalista e democrática e foi assassinado em 2015. Ambos foram vítimas do mesmo crime, ambos eram da oposição política dos seus respectivos governos. Ivan participava do grupo de oposição de esquerda que se opunha ao governo stalinista, conhecido como trotskistas. Boris era um dos principais membros da oposição do atual governo russo, contra o conflito ucraniano. Sim, foram mortos por serem da oposição, ou seja, foram mortos a comando de um líder autoritário e intolerante que governava o país no período.

O atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, está sendo constantemente comparado a um czar pela mídia ocidental, a cada dia a repressão na Rússia tem aumentado e constantemente assistimos nos noticiários ativistas, jornalistas e políticos de oposição ao governo serem mortos ou presos. Mesmo com essas perseguições, a população russa parece aceitar as políticas autoritárias de Putin, no qual ele se encontra no seu terceiro mandato

presidencial com o maior número de votos nas eleições, chegando a atingir 71,31% nas eleições do seu segundo mandato.

As expectativas ocidentais para a Rússia pós-soviética era de que se formaria um Estado democrático e capitalista, mas assim como ocorreu em algumas das outras ex-repúblicas soviéticas, como a Bielorrússia e a Ucrânia, esses países se moveram para um regime político autoritário.

Para nós, estudiosos ocidentais, há uma certa dificuldade de entender o comportamento da sociedade russa, onde a população tem o completo poder de mudar o regime político através das eleições mas não o faz. Este artigo busca apontar alguns dos principais motivos que levam a população russa a eleger líderes considerados de “mão firme” como Vladimir Putin. Uma sociedade onde Stalin, que teve um governo considerado totalitário é mais bem-visto no país que Gorbachev, autor das reformas liberalizantes, visto pelos russos como um governante “fraco”.

AUTORITARISMO NA RÚSSIA

A origem do Estado russo muito tem a ver com o desenvolvimento do autoritarismo no país. Antes da formação do Estado, os eslavos orientais estavam concentrados em Rus de Kiev, onde hoje seria Kiev, a capital da Ucrânia. A Rus kieviana era composta pelos grão-russos (os russos atuais), os russos-brancos (bielo-russos atuais) e os pequenos-russos (ucranianos atuais). O Estado kieviano era descentralizado, sendo mais uma confederação de cidades-Estado governadas pelo Príncipe de Kiev, onde, as cidades tinham uma relação de vassalagem ao príncipe.

A descentralização do Estado geraria uma constante desunião na defesa contra as invasões inimigas e logo a Rus de Kiev foi dominada pelos mongóis permanecendo sob seu domínio por mais de dois séculos. É possível notar que a descentralização da Rus kieviana era um fator de fraqueza e impossibilitou o Estado de se proteger das ameaças externas. Só após um processo de centralização política que o Estado russo pôde se formar (agora em território russo) e se livrar do domínio mongol.

A experiência de vivenciar um Estado descentralizado e incapaz de se defender das ameaças externas para em seguida se tornar um Estado centralizado capaz de se proteger dos inimigos e de conquistar novos territórios, fez com que formasse um dos maiores impérios contíguos do mundo, marcando a psique política dos russos até os dias atuais. A concepção de

que um Estado forte, centralizado, com um líder poderoso, seria de extrema importância para que civilização russa se desenvolvesse, se consolidava crescentemente.

Essa experiência separaria o destino da Rússia dos países ocidentais nos próximos dois séculos. Na Europa surgiria o liberalismo, dando ênfase aos direitos individuais e um Estado mínimo, no qual, diminui o poder de decisão do Estado sobre o indivíduo e também transferindo as questões religiosas a esfera individual. Nesse mesmo período a Rússia estava cada vez mais centralizada, o Estado tinha controle de todas as esferas sociais e a religião ortodoxa se tornaria oficial e obrigatória.

No auge do período czarista, o país pôde vivenciar uma modernização no âmbito econômico. Foram feitas diversas reformas para desenvolver a economia e o exército russo, mas o país não conseguiria acompanhar o desenvolvimento europeu. A Rússia vivia em contradição, por um lado a economia se dava aos moldes capitalistas dos países europeus, e no âmbito político o Estado era uma autocracia ilimitada.

A estrutura do Estado czarista só viria a ser transformada com a Revolução de 1905, através do Manifesto de Outubro durante o governo de Nicolau II. O manifesto transformou o governo russo em uma monarquia constitucional, pois agora havia um parlamento legislativo com poderes reais, e também seria legalizado a existência de partidos políticos, no qual, a configuração partidária ficou dividida entre os liberais e os socialistas, onde, o primeiro defendia uma monarquia constitucional e o segundo desejava a queda da monarquia. E a *Duma* (parlamento) seria bicameral, possuindo uma câmara alta, onde metade dos seus membros eram nomeados diretamente pelo czar e a outra metade era eleita pelos grupos sociais de prestígio (a nobreza por exemplo). A câmara baixa era totalmente eleita por homens com mais de 25 anos, e cada grupo social teria peso diferente nas eleições dos deputados. Por exemplo, proporcionalmente os nobres elegiam mais deputados que as outras classes sociais. O principal detalhe dessa *Duma* era que o czar poderia dissolvê-la a qualquer momento, o que ocorreu nas duas primeiras *Dumas*, onde a configuração não agradou o imperador.

A queda da monarquia na revolução socialista de 1917 não acabou por completo com as características autoritárias do governo, ao contrário disto, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) desenvolveu uma estrutura governamental centralizada, onde o partido possuía o controle de todas as camadas do governo. Qualquer decisão do governo antes era discutida e formada dentro do PCUS.

O Partido Comunista da União Soviética dominou o cenário soviético através do centralismo adotado pelos bolcheviques. Uma das principais características do PCUS no período soviético é o fato de que o Estado foi “engolido” pelo partido (SEGRILLO, 2005). O

Partido Comunista tinha o Estado sob seu controle, para cada escalões do governo existia uma estrutura correspondente do partido. Um exemplo disso está na divisão do governo em ministérios, o PCUS reproduzia esta estrutura. Angelo Sergrillo menciona esse fato:

Em cada distrito, cidade e região, o partido tinha, respectivamente, seu comitê distrital (Raikom), comitê de cidade (Gorkom) e comitê regional (Obkom ou Kraikom) (parágrafos 41 e 42 do estatuto do PCUS). (SEGRILLO, 2005. p.19)

Durante o período soviético principalmente no governo de Stalin, a população enfrentou diversos problemas como censuras, repressão, exilamentos e até assassinatos. A oposição era perseguida pela polícia a comando do Kremlin, no qual, pessoas consideradas ameaça a ordem política do país eram deportadas para a Sibéria para trabalhar nos campos de trabalho forçado. Professores e escritores, tinham suas publicações controladas pelo governo, a mídia e as propagandas também eram controladas pelo partido comunista.

Esse controle do Estado começou a desabar com as reformas de Gorbachev, conhecidas como *perestroika* e *glasnost*. A primeira era um conjunto de medidas voltadas para a modernização da URSS, projetando uma abertura econômica, estimulando a criação de empresas privadas, aumento da liberdade das empresas para produzirem sem o comando do Estado. Enquanto a *glasnost* eram medidas voltadas para a questão política, como a transparência nas ações do governo, participação da população e a abertura para a liberdade de expressão da sociedade. Com essas reformas houve consequentemente a perda do monopólio do Partido Comunista na vida política nacional, foi o fim da estrutura Estado-partido-sindicato.

A partir deste momento, o país caminhará para a sua saída da União Soviética, terminando por dissolvê-la em 1991. Surge neste momento a Federação Russa, tendo Boris Yeltsin como o primeiro presidente eleito de forma democrática e direta.

A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

O processo de transição do governo socialista para um governo democrático e capitalista não foi uma tarefa fácil para o presidente Yeltsin. A abertura econômica gerou uma onda de caos social no país, no qual, grandes empresas estatais, consideradas estratégicas, foram vendidas a grupos estrangeiros, ondas inflacionárias atingiram o país, houve um

aumento substancial do nível de desemprego, a pobreza disparou, além do aumento do consumo de drogas, violência, corrupção, e o surgimento da máfia, foram algumas das consequências desta transição.

Na área política, o país pôde vivenciar seu momento mais democrático. Instituições democráticas, eleições diretas e livres, direitos políticos e multipartidarismo. Apesar disso, a experiência econômica e o sofrimento social ficaram marcados na mente do cidadão russo. Esse período foi considerado traumático para a sociedade russa e o presidente teve um índice de rejeição alto no país, ao contrário da opinião interna, Yeltsin era visto pelo Ocidente como um governante comprometido com a democracia. Para os russos, os custos sociais da “terapia de choque” criada por Yeltsin e seu ministro Egor Gaidart terminou por tornar a experiência democrática no mínimo desapontadora. A “terapia de choque”, se baseava na crença de que um processo de privatização rápido seria melhor que um processo gradual e lento. Para os membros do parlamento, o custo político de apoiar esse projeto (inflação, desemprego e baixo crescimento econômico) estava sendo alto demais para a sociedade russa.

O cenário muda com a entrada de Vladimir Putin no poder, ex-agente da KGB, o Comitê de Segurança do Estado do período soviético. Putin dá início a um processo de recentralização do poder voltado para o Kremlin, uma das suas medidas mais centralizadoras está na mudança da dinâmica eleitoral dos governadores de cada distrito. Antes de alterá-las, os governadores eram eleitos através do voto direto e muitas vezes a política distrital não se alinhava a do Kremlin, no qual, Putin muda esta dinâmica e passa a ele mesmo a indicar os governadores. Houve mudanças também no sistema eleitoral, mais precisamente na cláusula da barreira mínima que saiu de 5% para 7%. Essa cláusula estabelece que para um partido obter cadeiras no parlamento ela terá que possuir mais de 7% de votos. O aumento da porcentagem fez com que a quantidade de partidos no parlamento fosse mais limitada.

Isso terminou contribuindo para que o partido Rússia Unida (RU) se tornasse o partido de poder. O RU, foi criado por Vladimir Putin para eleger Dmitri Medvedev à presidência, após o término dos seus dois mandatos. Vale ressaltar que precisamos dar uma atenção especial para o Partido Rússia Unida, pois ele tem proporcionado ao atual presidente uma alta margem de manobra em seu governo. A Rússia Unida é considerada um Partido de poder, *partiya vlasti*, ou seja, esse partido tem capacidade de centralizar influências e impor-se na vida política (REMINGTON, 2005), onde dispõe de quase dois terços de assentos na *Duma* atual (299 dos 450 deputados), dando ao partido o poder de estabelecer o destino político e administrativo do país. Através desse partido, Putin conseguiu aprovar leis consideradas radicais e hipercentralizadoras, como em 2003 em que conseguiu promover algumas

modificações na constituição sem a necessidade dos votos da oposição, sabendo que o Partido de poder junto com seus aliados configurariam a maioria da *Duma*. Lembrando que no caso da constituição russa, dois terços dos votos são necessários para alterá-la.

Após as eleições de 2000, a configuração partidária se tornou limitada, com a participação de alguns poucos partidos políticos. Seguiremos apresentando seus nomes e suas principais características: (1) Partido Comunista da Federação Russa: considerado o sucessor oficial do Partido Comunista da URSS, o partido agrega os defensores de três correntes de pensamento político: a linha dura de marxistas-leninistas, nacionalistas patriotas e reformistas marxista/social-democrata. É o maior partido de oposição; (2) Partido Liberal-Democrata da Rússia: considerado de extrema-direita, atrai o eleitorado russo pelo seu populismo nacionalista e xenófobo ao propor uma “Rússia para os Russos”, além de se apropriar da ideia de “reconquista imperial”; (3) Democratas – Yabloko: a maior parte dos seus membros são mulheres (59%), o partido é financiado pela empresa Yukos que atua no setor petrolífero. Defende a participação da Rússia na União Europeia, economia de mercado, igualdade de oportunidades, proteção da propriedade privada, transparência no poder, o Estado de Direito e concorrência política e econômica; (4) Partido Rússia Justa: reconhecido como um partido de esquerda que apoia o socialismo moderno. De início apoiava o partido “Rússia Unida”, atualmente atua como uma forte oposição ao governo atual; (5) Partido Rússia Unida: considerado de centro-esquerda, defende a modernização da economia e do sistema de educação, erradicação da corrupção, manutenção da paz, luta contra a migração ilegal, desenvolvimento de um sistema político moderno, segurança interna e externa, polícia mais eficaz, forças armadas mais poderosas e aumento do prestígio militar dentre outras coisas.

Nas eleições parlamentares deste ano (2016), o Partido Rússia Unida conseguiu angariar mais assentos, atingindo 54,7% dos votos, o que seria 70% dos assentos da *Duma*, no qual, o partido agora possui 337 deputados, 105 a mais que nas últimas eleições. Em segundo e terceiro lugar ficaram respectivamente o Partido Comunista com 13,65% e o Liberal-Democrata com 13,39%. Outros dez partidos foram eliminados por não atingirem a porcentagem mínima, como o Yabloko, que obteve apenas 1,69 % dos votos. O partido Parnas do ativista assassinado Boris Nemtsov ficou com 1% dos votos. Com maioria constitucional, o Partido Rússia Unida poderá fazer alterações na constituição e criar leis mesmo que os outros partidos da *Duma* estejam contra.

DEFININDO O REGIME POLÍTICO ATUAL

Em resumo, as discussões a respeito da democracia surgiram tarde em comparação aos países ocidentais, onde a Rússia mostrou seguir um rumo diferente após a queda do governo czarista. Esse modelo autoritário foi logo substituído por um modelo centralizador em forma de partido político, em que o Partido Comunista havia tomado todo o controle do Estado russo e de algumas repúblicas vizinhas, membros da União Soviética. A saída da Rússia da URSS, fez com que todo o ocidente voltasse sua atenção para o novo sistema adotado pelo país naquele momento. Como vimos no tópico anterior, a transição do governo socialista para um sistema democrático e liberal foi extremamente traumático para a população russa, mas foi visto de modo positivo para os países ocidentais. Acontece que a democracia na Rússia tomou outro rumo após a renúncia de Boris Yeltsin.

O seu sucessor, Vladimir Putin, não suspendeu completamente os direitos elencados pelo sistema democrático, mas conseguiu de modo estratégico, criar um sistema que na sua carcaça seria considerado democrático com eleições diretas, “liberdade” de informação, multipartidarismo, entre outros. Por fora, o sistema adotado pela federação russa é considerado democrático, porém, dentro das instituições é que há um enorme controle por parte do presidente, as eleições são praticamente arranjadas, onde até a oposição é controlada e muitas vezes forjada. Como exemplo, o partido liberal democrata, que se considera oposição mas no parlamento tem se alinhado ao partido criado por Putin, o Rússia Unida. Além disso, o “multipartidarismo” também está sob controle do governo, através da taxa de barreira mínima e outros mecanismos que limitam a participação de grande parte dos partidos na *Duma*.

Para controlar a oposição dos governos regionais, foram criados 7 distritos e a indicação dos governadores ficou ao poder do presidente. O que precisamos entender é que o sistema político da Rússia atual mais se parece com um regime híbrido com características democráticas (eleições diretas, multipartidarismo) misturado a um alto grau de centralismo político característico de regimes autoritários. É importante salientar que não podemos declarar que a Rússia atual apresenta todas as características de regime autoritário clássico.

Os regimes autoritários clássicos são entendidos como aqueles em que não há participação dos governados no processo de escolha dos governantes, muito menos na elaboração e formulação das políticas e leis do Estado. Nos regimes autoritários clássicos, há um alto grau de independência dos governantes em relação aos governados, geralmente existe uma enorme repressão aos governados através do uso do aparato coercitivo do governo para reprimir os opositores (polícia e exército), caso estes tentem tirar o líder autoritário do poder.

O autocrata utiliza todo o aparato militar para policiar sua população. Segundo Ricardo Correa (2010):

Os regimes autoritários mantêm estrito controle sobre o governo, mas diferentemente do totalitarismo, o autoritarismo não pretende exercer controle total sobre a sociedade, nem faz uso do terror de modo tão constante e brutal, reservando aos indivíduos algumas esferas de liberdade e independência. Por exemplo, sob regimes autoritários, a propriedade privada é um direito garantido a todos, enquanto sob o nazismo esse direito era restrito aos não judeus (que tiveram os seus bens expropriados pelo Estado), e sob o comunismo era, e continua sendo, praticamente, inexistente (CORREA, 2010. p.95)

De fato, o que aconteceu na Rússia ao final da era soviética foi algo inesperado para a maioria dos acadêmicos ocidentais. Após o final da Guerra Fria houve uma proliferação de regimes híbridos de diferentes formas e graus, na África (Gana, Moçambique, Quênia), na América Latina (Peru, Paraguai, México), na Eurásia (Albânia, Croácia, Rússia, Sérvia, Ucrânia) e até mesmo na Ásia (Taiwan e Malásia). Alguns especialistas apostavam que o regime híbrido seria apenas adotado no período de transição desses países para uma democracia, o que posteriormente se mostrou errado. Esses países tomaram rumos diferentes, muitos se tornaram regimes autoritários, alguns se transformaram em democracias e alguns se mantiveram como regime híbrido, mostrando que não houve uma transformação em um sentido só (para a democracia).

A junção entre democracia e autoritarismo tem gerado diferentes tipos de regimes híbridos e cada um apresentando diferentes implicações na performance econômica, nos direitos humanos e no seu grau democrático (LEVITSKY, 2002). A Rússia sob o governo de Vladimir Putin foi reconhecida como autoritarismo competitivo (*competitive authoritarianism*), sendo um tipo peculiar de regime híbrido.

Segundo Levitsky (2002), esse tipo de regime utiliza as instituições democráticas como meio para obter e aumentar a autoridade política. Além disso, devemos distinguir o autoritarismo competitivo dos regimes democráticos e também não podemos classificá-lo como autoritarismo clássico. Em seu artigo, Levitsky (2002) detalha como se desenvolve o autoritarismo competitivo definindo primeiramente as premissas de um regime democrático moderno em 4 critérios: 1) legislativo e executivo serão eleitos por meio de eleições diretas,

livres e justas; 2) todos os adultos possuem o direito de votar; 3) direito político, liberdade civil (liberdade da mídia, livre associação e liberdade para criticar o governo); 4) as autoridades eleitas não poderão estar sujeitos ao controle tutelar de líderes militares e ou líderes religiosos. Lembrando que até em um regime democrático podem ocorrer violações de alguns desses critérios mas não é algo que ocorra frequentemente.

Já em um regime autoritário competitivo, as violações dos critérios citados acima acontecem com uma maior frequência e geralmente torna impossível um campo de batalha justo entre o governo e a oposição. Fraudes eleitorais, controle da mídia, manipulação dos resultados eleitorais, membros da oposição (jornalistas e candidatos) são muitas vezes espionados, perseguidos, presos ou até mesmo exilados. Sabendo disto, podemos concluir que regimes autoritários competitivos não podem ser entendidos como democráticos, da mesma maneira não podemos considerá-lo completamente autoritário. No autoritarismo competitivo não há intenção de extinguir a democracia, mas sim, de manipular as regras democráticas, sem violar abertamente essas regras.

O autoritarismo competitivo apresenta quatro “arenas” onde a oposição pode tentar desafiar e até mesmo derrotar o líder autoritário e seu governo. São elas: a arena eleitoral; a arena legislativa; a arena judicial; e a mídia. Onde, a arena eleitoral é considerada a mais importante. Sabemos que nos regimes autoritários tradicionais, as eleições praticamente não existem, e se existir, não apresenta ameaça alguma ao governo vigente, pois não existe uma competição real. Já no autoritarismo competitivo, as eleições apresentam certo grau de disputa, entre o presidente e os candidatos de oposição. Não podemos assumir que a batalha eleitoral seja justa, pois o líder autoritário frequentemente conta com o poder do estado, podendo perseguir e prender os seus oponentes eleitorais e ainda pode contar com o domínio sobre a mídia. A cobertura internacional das eleições também serve como ameaça ao autocrata, pois, se houver a confirmação de fraude eleitoral, as entidades estrangeiras podem denunciar e isso poderia derrubar o líder autoritário. Em resumo, na arena eleitoral, o autocrata terá que levar a disputa a sério, pois ainda há um certo risco dele ser derrubado.

Nos regimes autoritários tradicionais a arena legislativa praticamente não existe, e se existir, ela está completamente sob controle do partido dominante, tornando impossível um conflito entre o legislativo e o executivo. Entretanto, no regime autoritário competitivo, não é necessariamente assim que acontece. O legislativo pode apresentar um local onde a oposição pode tomar força e muitas vezes denunciar as políticas do governo. Foi o caso do Partido Comunista, que era maioria no legislativo e fez uma forte oposição durante o governo de Boris Yeltsin.

O líder de um regime autoritário competitivo geralmente busca subordinar o poder judiciário ao seu favor, seja através de suborno, impeachment, extorsão ou até cooptação. A partir do momento em que o poder executivo não conseguir ter o controle do judiciário, aparece uma oportunidade para a oposição, criando uma arena favorável para o mesmo. Se o líder autoritário começar a punir juízes que vão de contra o seu governo, mostrara que o poder judiciário não está agindo de forma independente. Isto pode gerar um alto custo para o seu governo, pois teria que enfrentar uma indagação quanto a legitimidade do seu governo, tanto no âmbito doméstico como no internacional. Esta seria a terceira arena.

Por último, a mídia. Em um regime autoritário tradicional, a mídia é controlada pelo estado, onde há um alto grau de censura e repressão, no qual, jornais e emissoras independentes tendem a ser proibidas pela lei, no qual, jornalistas que criticam o governo correm o risco de serem deportados e até mesmo assassinados. Em um regime autoritário competitivo não há uma proibição efetiva à mídia independente, pelo menos não na forma agressiva que ocorre em regimes autoritários. A repressão no regime competitivo se dá por meios mais sutis, no caso russo, a mídia é controlada pelos grandes empresários da área petrolífera ou de gás natural, onde geralmente esse grupo é simpatizante do governo. É importante salientar que, se houver uma repressão a mídia, o líder autoritário pode vir a enfrentar algumas ondas de protestos gerando instabilidade em seu governo.

Vladimir Gel'man (2014) em seu artigo, adere a ideia de autoritarismo competitivo mas sugere outro nome para o tipo de regime da Rússia pós-soviética: o autoritarismo eleitoral. Ele utiliza esse conceito pois acredita que na Rússia as eleições são importantes, em contraste com o processo eleitoral de um regime autoritário clássico, conhecido como eleições sem uma real escolha (*elections without choice*). Embora que na Rússia as eleições sejam livres e diretas, há mecanismos legais e ilegais que proporcionam uma batalha eleitoral injusta para a oposição, como exemplo as altas barreiras para a participação dos partidos e dos candidatos, dificuldade do acesso da oposição ao financiamento eleitoral e a mídia.

Para manter um regime autoritário nesses moldes, o líder tem que ser capaz de diminuir a vulnerabilidade do regime as influências ocidentais, além de combater qualquer fraqueza das suas capacidades coercitivas e garantir que o partido dominante se mantenha no poder. Por esse motivo, os líderes russos tendem a construir um monopólio político sem igual, através dos aparatos coercitivos do Estado e do partido de poder. Durante este trabalho, olharemos detalhadamente para cada mecanismo que torna possível construir um regime autoritário na Rússia atual, focando nas estratégias utilizadas pelo presidente Vladimir Putin durante seus dois mandatos como presidente da Federação Russa.

O GOVERNO DE VLADIMIR PUTIN

Se durante o governo de Boris Yeltsin a economia chegou ao “fundo do poço”, mas em termos políticos foi o período mais liberal. Podemos dizer que o governo de Putin aconteceu o inverso, houve uma redução das liberdades políticas, mas, ao mesmo tempo, a área econômica voltou a apresentar crescimento.

Dois exemplos importantes foram o tratamento dado para os governadores regionais e a política externa do país nesses dois governos. Segundo Segrillo (2014):

Yeltsin dava muita liberdade aos governadores regionais (em troca de apoio a si no nível federal), o que levou a tendências excessivamente descentralizadoras e centrífugas, com regiões inclusive colocando leis locais se sobrepujando às leis federais e uma (a Chechênia) ameaçando se tornar independente. Já Putin estabeleceu um esforço de centralização forte, obrigando as regiões a se vergarem ao poder federal superior. Na política exterior, Yeltsin, a despeito de todos os percalços e contradições dos anos 1990 naquela esfera, procurava implementar relações de aproximação com o Ocidente. Putin, após um início em que colaborou com o Ocidente, especialmente no período imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001 [...] passou a adotar uma atitude mais assertiva, e mesmo combativa, frente ao EUA e potências ocidentais contra o que via como um avanço da OTAN e das influências clandestinas ocidentais em direção ao entorno da Rússia. (SEGRILLO, 2014 p.163;164)

Podemos dividir o governo de Putin em dois momentos distintos, um que vai do início do seu mandato como presidente até a crise mundial de 2008-2009, e o segundo momento seria após a crise até o governo atual. Lembrando que Putin era uma pessoa desconhecida na área política, nos seus primeiros anos na presidência era considerado um enigma para os observadores ocidentais. Não se sabia ao certo se ele manteria a aproximação com o ocidente como fez Yeltsin, ou se seguiria um caminho mais assertivo. Também havia questionamentos quanto ao futuro da democracia no país, se ele aprofundaria a democracia ou se utilizaria métodos mais autoritários para controlar o governo.

Seu primeiro indício de autoritarismo ainda seria no cargo de primeiro-ministro, quando deu início a campanha que levou a segunda guerra na Chechênia, com a opressão aos grupos separatistas. Logo depois que assumiu o cargo de presidente, Putin acelerou o processo

de “fortalecimento da vertical de poder”, retomando a hierarquia entre o poder federal e os poderes regionais subordinados (SEGRILLO, 2014). Um exemplo já citado anteriormente neste artigo, foi quando Putin consegue aprovar o fim das eleições diretas para governador regional na Rússia, daí para frente os governadores passariam a ser nomeados pelo presidente federal.

Uma segunda medida que elevou a popularidade de Putin foi em relação à plutocracia, onde a oligarquia no governo Yeltsin conseguiu dominar e influenciar o poder central. Havia certa “promiscuidade”, pela qual os oligarcas influenciavam direta ou indiretamente a administração central (SEGRILLO, 2014). Com Putin no poder, a influência da oligarquia passou a ser apenas na área econômica. A oligarquia estava proibida de se imiscuir na política, principalmente aqueles oligarcas que usavam o poder do dinheiro para fazer política oposicionista. Os grandes empresários que se recusassem a se afastar dos assuntos políticos teriam suas empresas como alvo de vistorias da polícia e de órgãos de imposto de renda. Donos de grandes empresas da área de comunicação e de produção de petróleo foram acusados de fraude fiscais e outros crimes. Boris Gusinsk, foi o primeiro oligarca a sofrer com essas acusações, ele chegou a ser preso temporariamente, e logo depois assinou a venda da maior parte das suas empresas para pagar as multas. Esse processo de “caça aos oligarcas desobedientes” terminou alavancando um processo de reestatização de alguns setores de produção considerados estratégicos, como empresas de petróleo e canais de TV de alcance federal na Rússia.

Na política externa as relações com o Ocidente e com os EUA foram temporariamente garantidos, principalmente após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, Putin passou a cooperar com os Estados Unidos na luta antiterror no Afeganistão. Nesse período, a Rússia permitiu aviões americanos que levavam suprimentos a voar sobre o território russo a caminho do Afeganistão. Houve também um grande volume de trocas de informações confidenciais a respeito do terrorismo entre os dois países. O momento mais relevante desta cooperação foi a formação do Conselho OTAN-Rússia em 2002, que viria para aprofundar as relações entre a Rússia e a OTAN.

O conselho OTAN-Rússia era a institucionalização de um fórum permanente em que as questões comuns seriam tratadas pelos dois lados, com o intuito não apenas de evitar tensões, mas também aprofundar a cooperação ativa entre as partes em campos de interesse comum, como, por exemplo, o combate ao terrorismo. Na época foi vista como uma ferramenta

potencialmente útil para enterrar resquícios da época da Guerra Fria em termos de animosidades mútuas. (SEGRILLO, 2014 p.172;173)

Além das medidas centralizadoras e da boa relação com o Ocidente, Putin pôde contar com a economia. Acredita-se que ela foi o pivô que elevou a popularidade de Putin ao extremo. Durante seu primeiro mandato, o presidente contou com uma forte recuperação e crescimento econômico, ao contrário da realidade do governo de Yeltsin. Muitos estudiosos afirmam que Putin teve a sorte de pegar o governo da Rússia em 1999 após o “fundo do poço”. Os anos de 1999 e 2000 foram o período em que os preços do petróleo dispararam no mercado mundial. Sabemos que a Rússia é um dos maiores produtores de petróleo do mundo e Putin contou com a subida dos preços do barril de petróleo para reorganizar a economia, onde ele pôde investir no desenvolvimento do país e conseguiu colocar os salários e as aposentadorias em dia. O presidente logo foi visto como um “Deus”, pois em menos de um ano de governo, o país já apresentava um considerável crescimento econômico e a população sentia isso com o aumento dos salários que triplicaram entre 1999-2008, o desemprego caiu para a metade e a população que se encontrava na linha da pobreza foi reduzida pela metade.

Em um panorama mais geral, Putin reduziu a burocracia para a abertura e condução de negócios, reduzindo o tempo do processo num prazo de uma semana. A reforma fiscal que simplificou o recolhimento dos impostos introduzindo uma baixa taxa única de imposto de renda (13%). Essa nova taxa é conhecida como *flat tax*, esse imposto é dado de forma regressiva, ao contrário do sistema adotado pelo resto do mundo que é progressivo, ou seja, o imposto é maior quanto mais dinheiro a pessoa tem. Na *flat tax* o imposto é igual, independentemente da sua renda total.

Durante o governo de Yeltsin, a elite política que governava a Rússia eram os oligarcas, a esse tipo de governo deu-se o nome de plutocracia. Putin, ao iniciar seu governo, acaba com a influência dos oligarcas na política e coloca em seu lugar os *siloviki*, que são pessoas que trabalham para as forças de segurança do Estado, como exército e KGB. Putin mantém a ala liberal (civil) influenciando a economia do país, e para resolver as ameaças internas e externas deixa ser influenciado pelo grupo dos *silovik*. No segundo mandato os *siloviki* passaram a ter maior influência no governo, pois as tensões externas aumentaram.

Em 2004 Putin foi reeleito e a economia continuava crescendo, mas foi na política externa que tudo mudou. Quando os EUA decidem invadir o Iraque, baseado em falsas denúncias de que haveriam armas de destruição em massa no país. Para o governo russo, essa invasão não foi interpretada como um ato defensivo, como foi na invasão do Afeganistão, na

verdade Putin encarou a nova invasão como uma atitude imperialista. Outros problemas vieram a tona com as Revoluções Coloridas, a rosa na Geórgia e a laranja na Ucrânia, além do avanço da influência da OTAN em direção à Rússia e aos países vizinhos, a crise do gás natural (Guerra do Gás) entre a Ucrânia e a Rússia e posteriormente entre a Rússia e os países europeus. Podemos deduzir que ao contrário do seu primeiro mandato, as relações com o Ocidente não continuaram de forma cooperativa, na verdade, muitos estudiosos indicam que a partir desses acontecimentos uma “nova Guerra Fria” se iniciou.

No âmbito interno, o processo de centralização política se consolidava ainda mais, Putin tinha o controle das grandes empresas de petróleo e de TV, o parlamento também estava controlado pelo partido de poder, o Rússia Unida, garantindo maior governabilidade para o presidente. Foi durante o seu segundo mandato que a organização Freedom House, instituto responsável por medir as liberdades políticas e civis em diversos países, rebaixou a Rússia de país “parcialmente livre” para país “não livre”.

Com o aumento da influência dos *silovik* no governo, foi uma surpresa que Putin indicasse Dmitri Medvedev para ocupar o cargo de presidente após o término do seu mandato. Medvedev era considerado do grupo da ala civil, mais liberal e ocidentalista. Como na constituição russa o presidente é proibido de ter três mandatos, o que levou muitos estudiosos a pensar que Putin modificaria este item da constituição, já que possuía a maioria constitucional no parlamento, o que não veio a acontecer. A pergunta que fica é: Putin abdicou do poder ao indicar Medvedev como o seu sucessor? O que não ficou bem explicado e o que poucas pessoas sabem, é que a Federação Russa é semipresidencialista, onde o presidente fica responsável pela política externa e o primeiro-ministro ficaria responsável pela política interna. Dias depois de Putin anunciar Medvedev como seu sucessor, Medvedev anunciou que Putin seria seu primeiro-ministro. Esse arranjo permitiu Putin a se manter no poder de 2008 a 2012, esse período ficou conhecido como a diarquia Medvedev-Putin.

O governo de Medvedev foi marcado por duas grandes crises, a primeira foi o conflito com a Geórgia pela Ossétia do Sul, o que mostrou que a divisão presidente-primeiro-ministro só existia na teoria. Na prática quem deveria ter ido visitar o local do conflito era Medvedev, mas foi Putin o primeiro a ir ao local. A segunda grande crise foi na área econômica, uma crise que afetou o mundo todo. A Rússia passaria a apresentar crescimento negativo nos próximos anos do seu mandato, pondo fim a década do *boom* econômico. É importante lembrar que sendo um governo semipresidencialista, o responsável pela economia no país era o primeiro-ministro, é nesse momento que a oposição começa a crescer sobre Putin. O movimento oposicionista cresce nesse período, surgindo grandes manifestações populares

contra o autoritarismo do governo. Nas eleições parlamentares de 2011, com o partido governista recebendo 49% dos votos, os grupos de oposição não conseguiram atingir a barreira eleitoral de 7%, surgindo grandes manifestações de rua de uma oposição extraparlamentar que acusava o governo de praticar fraudes eleitorais. O auge dessas manifestações se dá com a eleição de Putin a presidente, com 64% dos votos.

Duas medidas conciliatórias com a oposição foram feitas ainda no mandato de Medvedev, a primeira foi a proposta de voltar as eleições diretas para os governadores regionais, e a outra foi a criação de uma nova lei que facilitara a criação de partidos político, no qual, Putin manteve essas medidas, mas ele ainda estava disposto a retomar as rédeas do governo e confrontar a oposição. O presidente agora agiria de modo repressivo aos protestos, impondo leis que dificultavam as manifestações de rua, chegando até a prender alguns dos manifestantes, esse foi o caso da banda *Pussy riot*, após o grupo ter invadido uma igreja em Moscou, cantando algumas das suas letras que misturam versos de protestos contra Putin e cânticos religiosos.

Mesmo com o crescimento das manifestações e com a queda do crescimento econômico (que elevou a popularidade de Putin nos dois primeiros mandatos), Putin consegue se eleger para o seu terceiro mandato, que agora durará até 2018, podendo se reeleger para mais seis anos indo até 2024, devido a proposta enviada em 2008 pelo presidente Medvedev de aumentar o mandato presidencialista de 4 para 6 anos, ter sido aprovada na *Duma* por 388 votos a 58. Mas a pergunta que fica é: se o sucesso de Vladimir Putin no governo se deu através do crescimento econômico, como ele consegue ser reeleito, mesmo após a crise econômica de 2008?

Pare responder essa pergunta devemos olhar para o período de transição do governo socialista para uma democracia capitalista com Boris Yeltsin. O caos social e econômico vivenciado pela população russa nesse momento marcaria a mentalidade desse povo. O fato é: a população russa tem medo de grandes mudanças de governo, preferem continuar da maneira que estão para não ter que enfrentar uma transição para o inseguro, ou seja, para um governo que eles não conhecem.

Se um grande número de russos apoiava Putin em seus primeiros anos por este ter permitido um grande crescimento econômico na Rússia, após a crise muitos deles, “escaldados” pelas turbulências da década de 1990, parecem ter ficado com medo de “balançar o barco” e trocar da liderança já conhecida de Putin por outra ainda não testada (ou que fossem das antigas da malfadada década de Yeltsin). Ou seja, a insegurança e o medo do

desconhecido fez com que preferissem ainda a testada e bem sucedida economicamente administração Putin do que em uma jornada nova rumo ao desconhecido. (SEGRILLO, 2014 p.165)

O que fica marcado quando estudamos a sociedade russa é que a mentalidade autoritária permaneceu, fazendo com que, por meios democráticos, líderes “enérgicos”, com tendências autoritárias, cheguem ao poder (PASSOS, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura política russa foi marcada por esses dois momentos da história do país. O primeiro foi a formação do Estado russo e a importância do autoritarismo e da centralização do poder nas mãos do czar. Para os russos, o autoritarismo foi fundamental para que a civilização russa sobrevivesse e se libertasse do domínio mongol. Com a centralização política, a Rússia pôde garantir a segurança do Estado das ameaças externas e ainda conseguir expandir seu território se transformando em um Império.

Com o fim do czarismo no país, surge outro regime autoritário, desta vez através do monopartidarismo com o Partido Comunista, controlando toda estrutura estatal. Lembrando que em 1905, período pré-revolução socialista, o país vivenciou um momento relativamente mais liberal, quando o czar permitiu a criação de partidos políticos e a *Duma*.

Segrillo (2005) aponta que o monopartidarismo instalado a partir da Revolução socialista assumiu um caráter menos traumático para a população russa do que se isso acontecesse numa nação com longa tradição partidária e constitucional.

Outro fato que distanciou a população russa da democracia foi a própria experiência democrática no país após o fim da União Soviética. O período de transição de um regime monopartidarista e socialista para uma democracia capitalista foi traumático para a sociedade russa. A abertura econômica e a “terapia de choque” de Boris Yeltsin levou ao caos econômico e social da população.

Com a entrada de Vladimir Putin no poder, o cenário caótico dos anos de 1990 foram se transformando principalmente na área econômica, o país volta a ter crescimento econômico depois de muitas décadas com crescimento negativo. No âmbito político, Putin cria um processo de recentralização, uma das suas primeiras medidas foi a de transformar as eleições dos governadores regionais, no qual eles passariam a ser indicados pelo presidente e não mais eleitos por eleições diretas. Outra medida adotada por Putin foi a caça aos oligarcas, pondo

fim a plutocracia. Isso permitiu que o Estado voltasse a controlar algumas das empresas consideradas estratégicas, como a Gazprom e algumas redes de TV. Foi nesse período que Putin consegue o maior índice de aprovação do seu governo.

No final do mandato de Medvedev e com a crise econômica mundial de 2008, o governo passa a enfrentar grandes manifestações da oposição, e desta vez não é apenas dentro do parlamento. Os protestos extraparlamentares começam a crescer obrigando Medvedev a tomar algumas medidas conciliatórias com a oposição. Uma delas é volta das eleições diretas para os governadores regionais.

Com a volta de Putin ao cargo de presidente, as regras mudam e o processo de centralização do poder retorna. A juventude russa passa a se manifestar contra a repressão do governo, jornalistas e ativistas são presos e alguns foram assassinados nesse período, além de ONGs denunciarem violações aos direitos humanos.

É importante lembrar que o regime político da Rússia atualmente não poder ser entendido como autoritário, pois existem ainda características democráticas como eleições diretas, multipartidarismo, entre outras. Estudiosos dão o nome de autoritarismo competitivo, autoritarismo eleitoral, democracia dirigida, ou seja, um governo com uma estrutura vertical de poder, tendo o executivo no topo da hierarquia governamental.

O que podemos notar é que, para a população russa o mais importante é a ordem do país, mesmo que isto custe algumas liberdades políticas a menos. Não adianta ter liberdade política como na era Yeltsin e a população estar em colapso econômico e social. Junto a questão da ordem, está o medo de uma transformação, a população russa passou a ter receio quanto a mudanças políticas bruscas. Preferem manter uma pessoa conhecida no poder do que arriscar uma transição de governo como aconteceu entre o final do período soviético para um governo democrático.

Avaliando esses dois acontecimentos, podemos concluir que um líder forte e um governo autoritário é o tipo de regime político que tem proporcionado maior confiança à população russa até os dias de hoje. As oportunidades de reformar o governo existem, principalmente através das eleições, mas o medo de uma “transição” ou “troca” para um governo desconhecido imobiliza a sociedade russa. O que fica claro é que a mentalidade autoritária permaneceu e esse fato nos leva a acreditar que a democracia na Rússia dificilmente conseguirá criar raízes sólidas. Um sistema eleitoral democrático não se mostrou suficiente para que o país se tornasse mais democrático, logo após o período de sua transição, o que contrariou muitos dos estudiosos ocidentais. A mentalidade democrática da sociedade russa poderia se formar através de um processo de mudança cultural e não apenas na

modificação de regras e leis eleitorais, como ocorre atualmente, onde os russos vêm utilizando o processo de eleição democrático para eleger líderes autoritários.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Ricardo Corrêa. **Ciência Política**. Florianópolis: Capes, 2010.

GEL'MAN, Vladimir. The rise and decline of electoral authoritarianism in Russia. **Demokratizatsiya**, v. 22, n. 4, 2014.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The rise of competitive authoritarianism. **Journal of democracy**, v. 13, n. 2, p. 51-65, 2002.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu (Org.). **A Rússia: desafios presentes e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. 236 p. (Coleção Relações Internacionais).

REMYNGTON T.F. **Putin, The Duma and Political Parties**. New Jersey, Princeton University Press.,2005.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A saga da Rússia do socialismo ao capitalismo**. Curitiba: Editora Prismas, 2014. 255 p.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012. 282 p. (Coleção povos & civilizações).

SEGRILLO, Angelo. **Rússia e Brasil em Transformação: Uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005. 251 p.